DESDE 1988
AO LADO DOS
TRABALHADORES

Linha.viva

INTERCEL | INTERSUL | 12 DE NOVEMBRO DE 2026 | #1718

Fim da escala 6x1 já passa a valer a partir de dezembro
Página 3



Curta Polen/Crédito: Divulgação

Curtas catarinenses em sessões gratuitas em Florianópolis
Página 4

www.linhaviva.org.br

CELESC

A força dos celesquianos mostra, mais uma vez, a importância da Celesc pública diante dos eventos climáticos extremos

COM MAIS DE 320 EQUIPES MOBILIZADAS, TRABALHADORES RESTABELECERAM CERCA DE 90% DA ENERGIA AFETADA EM ATÉ 48H. ATUAÇÃO DEMONSTRA A IMPORTÂNCIA DE UMA EMPRESA PÚBLICA, COM ESTRUTURA, EQUIPES PRÓPRIAS E PROFISSIONAIS PREPARADOS



Crédito: Divulgação

A força, a dedicação e o compromisso dos celesquianos foram fundamentais para enfrentar **mais uma situação extrema em Santa Catarina**. A sequência de temporais que atingiu o estado na última semana, incluindo três tornados registrados no dia 4 de novembro, provocou destruição em diversas regiões, especialmente no Oeste catarinense. Árvores arrancadas, postes quebrados, cabos rompidos e estruturas danificadas deixaram mais de 247 mil unidades consumidoras sem energia no momento mais crítico da ocorrência.

Diante da dimensão dos estragos, a Celesc mobilizou aproximadamente 320 equipes simultaneamente em todo o estado, com profissionais trabalhando dia e noite para reconstruir a rede elétrica e restabelecer o fornecimento. O resultado dessa operação foi expressivo: em até 48 horas, cerca de 90% da energia afetada já havia sido recuperada. Um desempenho que merece ser reconhecido e que **tem como protagonistas os celesquianos que enfrentaram chuva, vento, estradas obstruídas e condições adversas para devolver um serviço essencial à população**.

A operação também demonstrou a capacidade de integração da estrutura pública da companhia. Para acelerar os trabalhos nas regiões mais atingidas, 17 equipes de outras Regionais foram deslocadas para o Oeste e Meio-Oeste, vindas de Itajaí, Florianópolis, Joinville, Blumenau, Jaraguá do Sul, Criciúma e Tubarão. Na Regional de Chapecó, uma das mais afetadas, mais de 500 profissionais, entre eletricistas, técnicos e engenheiros, participaram da força-tarefa.

Os números da recuperação dão dimensão do trabalho. Na Regional de Chapecó, 34 dos 38 municípios atendidos registraram ocorrências na rede elétrica. No momento mais crítico, 104,3 mil unidades consumidoras ficaram sem energia. Em aproximadamente 24h, esse número caiu para 39,7 mil. No município de Chapecó, das 75 mil unidades atingidas, cerca de 64 mil tiveram o fornecimento restabelecido em aproximadamente 30h. Mesmo com esses avanços, as equipes continuaram mobilizadas para realizar reparos complexos, como a substituição de postes, transformadores e a reconstrução de trechos inteiros da rede.



A resposta da Celesc evidencia **a importância de uma concessionária pública, que dispõe de uma estrutura integrada e pode mobilizar trabalhadores de diferentes regiões para atender a população em momentos de emergência**. Enquanto experiências de concessionárias privatizadas em estados vizinhos mostram os problemas de um modelo que não consegue responder com a mesma agilidade às necessidades da população, Santa Catarina conta com uma empresa pública cuja capacidade operacional se revela ainda mais estratégica diante de situações como essa.

É importante lembrar que o trabalho realizado pelos celesquianos vai além dos números. São profissionais que enfrentam jornadas exaustivas, riscos permanentes e condições difíceis para garantir que hospitais, escolas, empresas e famílias não fiquem desassistidos. A rapidez da recuperação não acontece por acaso: depende de conhecimento técnico, experiência acumulada, planejamento, manutenção da rede e, principalmente, de trabalhadores capacitados e comprometidos com o serviço público.

E os desafios tendem a aumentar. **O aquecimento global e as mudanças climáticas tornam os eventos extremos cada vez mais frequentes e intensos**. Temporais, tornados, enchentes e vendavais colocam à prova a infraestrutura elétrica e exigem das concessionárias capacidade de resposta cada vez maior. Nesse cenário, não basta esperar que a rede seja danificada para começar a agir. É necessário investir permanentemente em prevenção, manutenção, modernização da infraestrutura e preparação das equipes.

Por isso, defender a Celesc Pública é também defender a segurança energética de Santa Catarina. É garantir que a companhia mantenha quadro próprio de trabalhadores, equipes em número suficiente, formação continuada e profissionais bem treinados para enfrentar situações de emergência. A terceirização excessiva, a redução de pessoal e a busca pelo lucro não podem se sobrepor à qualidade e à continuidade de um serviço essencial.

Os temporais passaram, mas a mensagem deixada pelos celesquianos permanece: uma empresa pública forte, com trabalhadores valorizados e estrutura preparada, faz toda a diferença na vida da população.

Força tarefa também do administrativo



Na Regional de Chapecó, em pleno sábado, assistentes administrativos, atendentes comerciais e secretária fizeram uma força-tarefa na contingência, fazendo o trabalho de back office nas NR, entrando em contato com clientes e verificando se realmente a energia havia voltado. Todas as áreas atuaram em conjunto para reduzir os danos à população.

Diante da falta de atendentes e com lojas fechadas em diversos municípios do estado por falta de contratações, esse trabalho foi fundamental e fez a diferença. Que a Diretoria da Celesc se sensibilize com a situação e promova a contratação de novos profissionais o quanto antes.

SABESP

Privatização da Sabesp deixa rastro de demissões e violações trabalhistas

Fiscalização do MTE identificou 116 infrações após a saída de mais de 5 mil trabalhadores da companhia

A privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), concluída em julho de 2024 pelo governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), começa a revelar consequências preocupantes para os trabalhadores e trabalhadoras. Em outubro deste ano, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) anunciou a lavratura de 116 autos de infração contra a empresa, após uma ampla auditoria fiscal que identificou uma série de irregularidades nos programas de desligamento implementados depois da desestatização.

O levantamento mostra que, **em apenas 14 meses após a privatização, mais de 5 mil trabalhadores deixaram a companhia**. A redução representou aproximadamente um terço do quadro funcional. Segundo dados da própria empresa, o número de empregados caiu de 12.999, em 2022, para 8.717, em 2025. No mesmo período, a taxa de rotatividade, que historicamente variava entre 0,2% e 6,3% ao ano, chegou a 32,9% em 2025.

Um dos pontos mais graves identificados pela fiscalização foi a **realização de demissões em massa sem negociação sindical prévia**. De acordo com o MTE, a Sabesp não apresentou atas de reuniões ou acordo coletivo específico que comprovassem a participação das entidades sindicais na discussão dos desligamentos. A conduta contraria o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), estabelecido no Tema 638, que **determina a intervenção sindical prévia nas dispensas coletivas**.

A auditoria também identificou critérios discriminatórios nos programas de demissão, que estabeleciam prioridade para o desligamento de aposentados, trabalhadores com mais idade e maior tempo de serviço. Entre os ex-empregados ouvidos pela fiscalização, 62,5% tinham mais de 50 anos e 67,8% acumulavam mais de 20 anos de trabalho na empresa.

Outro aspecto preocupante foi a pressão para adesão aos programas. Em pesquisa sigilosa realizada com 659 ex-empregados, apenas 19,6% consideraram que a decisão de deixar a empresa foi totalmente voluntária. Além disso, **38,1% relataram ter sofrido assédio moral e 60,9% afirmaram ter presenciado pressões sobre colegas** durante o processo.

Quem ficou também paga a conta

A redução do quadro funcional não significou diminuição da demanda pelos serviços. Pelo contrário: os trabalhadores que permaneceram passaram a absorver as atividades de milhares de colegas desligados, enfrentando jornadas excessivas, sobrecarga e desrespeito aos períodos de descanso.

A fiscalização encontrou situações extremas, como trabalhadores submetidos a mais de 24 horas de serviço ininterrupto, intervalos inferiores a oito horas entre jornadas e escalas sem descanso semanal. Também foram identificadas 32.148 horas extras não pagas, referentes apenas aos meses de abril e maio de 2026, envolvendo 3.497 trabalhadores. A empresa alegou que as horas não teriam sido autorizadas pelas chefias, mesmo estando registradas em seus próprios sistemas.

Os impactos sobre a saúde dos trabalhadores também chamaram a atenção. A incidência de afastamentos por transtornos mentais e comportamentais, como ansiedade, depressão, estresse e burnout, praticamente dobrou em relação a 2020, considerando a redução do quadro funcional. Em 2026, esses problemas já representavam 26,4% dos afastamentos previdenciários, o maior percentual da série analisada.

A auditoria ainda constatou uma **explosão de conflitos judiciais.** A média de aproximadamente 200 ações trabalhistas anuais, registrada entre 2019 e 2022, saltou para 1.889 processos em 2025. Em 2026, até os meses de agosto e setembro, já haviam sido ajuizadas outras 2.031 ações contra a companhia.

Um alerta sobre os efeitos da privatização

O caso da Sabesp reforça os alertas feitos pelas entidades sindicais sobre os riscos da privatização dos serviços públicos. A experiência da companhia paulista evidencia como processos de desestatização podem vir acompanhados de reestruturações profundas, redução de postos de trabalho, enfraquecimento da representação sindical e precarização das condições de trabalho.

Mais do que uma discussão sobre números e resultados financeiros, o episódio demonstra que a qualidade dos serviços prestados à população também depende de equipes suficientes, valorizadas e com condições adequadas para exercer suas funções. Quando milhares de trabalhadores são desligados e os que permanecem passam a trabalhar além dos limites legais, os prejuízos não ficam restritos ao ambiente da empresa: atingem também a capacidade de atendimento à sociedade.

Para os trabalhadores do setor público e das empresas de economia mista, especialmente os eletricitários e eletricitárias que defendem a manutenção da Celesc pública, o que acontece na Sabesp serve de alerta. A privatização não pode ser tratada apenas como uma operação financeira ou uma promessa de eficiência. É preciso considerar seus impactos sobre os empregos, os direitos, a saúde dos trabalhadores e a qualidade dos serviços essenciais oferecidos à população.

Com informações do site do Ministério do Trabalho e Emprego.

FIQUE POR DENTRO DAS NOVIDADES

Intersul se reúne com a Axia Energia e Luminar para cobranças e esclarecimentos

Na sexta-feira, 6 de novembro, dirigentes da Intersul estiveram reunidos com a Axia Energia e integrantes da Luminar para levar preocupações das pessoas que trabalham na Axia Sul em relação ao **plano odontológico** que passou a vigorar na empresa a partir de 1° de outubro. Na oportunidade, foram tratados problemas como período de transição entre os planos para tratamentos em andamento, canais de comunicação com a operadora do plano, identificação de atendimento na região Sul e rol de procedimentos atendidos pelo plano. A operadora de autogestão Luminar esclareceu que **os tratamentos em andamento serão mantidos até 31/12/2026 na operadora Bradesco Dental**, informou o canal de atendimento pelo Whatsapp (61)9.9399.3848 para dúvidas e esclarecimentos, que as pessoas devem informar os prestadores que o convênio está estabelecido com a Uniodonto Paulista, e que o rol de atendimento é o que está previsto na ANS adicionados os procedimentos de Implantodontia, Prótese, Disfunção Termoromandibular, Ortononti a e Ortopedia Funcional dos Maxilares, Odontologia do Sono e Clareamento em consultório (para estes adicionais, a coparticipação é de 30%). As pessoas que trabalham na Axia Sul devem continuar relatando os problemas para as direções dos sindicatos, para que seja possível continuar cobrando melhorias no plano para a empresa.

Negociação entre o CNE e a Axia Energia sobre a PLR 2026

A Intersul informa que as negociações sobre a PLR continuam acontecendo e que a próxima etapa será a reunião da **Comissão da PLR do Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE)** para avaliar a melhor forma de encaminhar a negociação. Até o momento, não há informações firmes sobre como será a PLR, pois está em processo de negociação. As pessoas trabalhadoras devem estar atentas aos comunicados oficiais do Coletivo Nacional dos Eletricitários e qualquer informação que circular fora deste canal, deve ser tratada como boato. Portanto, todas pessoas devem ficar atentas aos boletins do CNE no que se refere a este a a qualquer outro processo de negociação com a Axia Energia. Manter-se unidos é fundamental para avançarmos nos processos negociais com a empresa.

Florianópolis segue com a terceira cesta básica mais cara do País

Entre setembro e outubro de 2026, o valor do conjunto dos alimentos básicos aumentou nas 27 capitais, segundo a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, realizada mensalmente pelo DIEESE em parceria com a Conab. As principais elevações ocorreram no Nordeste: Salvador (6,79%), Natal (6,68%), Recife (6,41%), Fortaleza (5,48%), João Pessoa (5,46%) e Aracaju (5,25%). São Paulo foi a capital onde o conjunto dos alimentos básicos apresentou o maior custo (R$ 951,37), seguida por Rio de Janeiro (R$ 939,39), **Florianópolis (R$ 927,82)** e Cuiabá (R$ 924,82). Nas cidades do Norte e do Nordeste, onde a composição da cesta é diferente, os menores valores médios foram registrados em Aracaju (R$ 618,61), Maceió (R$ 661,69), Salvador (R$ 677,77) e Natal (R$ 678,05).

Justiça suspende regra que ampliou aceitação de VR e VA

A Justiça Federal determinou na segunda-feira, 9 de novembro, a suspensão das novas regras editadas pelo governo federal para ampliar a aceitação de cartões de vale-refeição (VR) e vale-alimentação (VA) no comércio. As mudanças tinham começado a valer no último sábado, dia 7. Com a decisão, voltam a valer as normas antigas, que restringem o número de maquinas de cartão que aceitam o VR e o VA. A União poderá recorrer da decisão. A decisão foi tomada a partir de uma ação protocolada pela Associação Brasileira das Empresas de Benefícios ao Trabalhador (ABBT). Na decisão, o juiz Frederico Botelho de Barros Viana, da 22ª Vara Federal Cível, entendeu que o governo extrapolou sua competência legal ao estabelecer que o sistema de pagamentos dos benefícios deve ocorrer obrigatoriamente de forma aberta, possibilidade que não está prevista na lei que criou o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). "A fixação de linha de corte quantitativa para extinguir a modalidade fechada não possui qualquer arrimo no diploma primário, traduzindo comando contra *legem* que subverte o desenho institucional deliberado pelo Poder Legislativo", afirmou o magistrado. *Com informações da CUT Nacional.*

FIM DA ESCALA 6X1

Fim da escala 6x1: conquista histórica dos trabalhadores começa a valer já em dezembro

Emenda Constitucional nº 141/2026 garante dois dias de descanso semanal remunerado e inicia a redução da jornada máxima de 44 para 42 horas, sem redução salarial. Em 14 meses, limite chegará a 40 horas semanais

Uma conquista histórica para a classe trabalhadora está prestes a se tornar realidade. O Congresso Nacional promulgou em 16 de outubro a Emenda Constitucional nº 141/2026, que acaba com a escala 6x1 e estabelece dois dias de descanso semanal remunerado para os trabalhadores e trabalhadoras do País, sem redução salarial.

A mudança representa um avanço importante na luta por melhores condições de trabalho, mais qualidade de vida e maior equilíbrio entre a vida profissional e pessoal. **A partir de 15 de dezembro de 2026, os trabalhadores passam a ter direito à jornada de cinco dias de trabalho e dois dias de descanso remunerado (escala 5x2), com limite máximo de 42h semanais.**

A redução da jornada será gradual. Após 14 meses da promulgação da emenda, o limite semanal chegará a 40h, mantendo os dois dias de descanso e sem redução salarial. A medida altera o artigo 7º da Constituição Federal e representa a primeira mudança constitucional dessa natureza desde 1988.

A conquista é resultado de anos de mobilização de trabalhadores, sindicatos e movimentos sociais, que denunciaram os efeitos de jornadas exaustivas sobre a saúde, o convívio familiar e a qualidade de vida da população. A luta pelo fim da escala 6x1 ganhou força em todo o país, colocando no centro do debate a necessidade de reconhecer que trabalhadores não vivem apenas para trabalhar.

Hoje, a maioria dos eletricitários catarinenses já trabalham com a jornada de 40h semanais. **Mas empresas como a AXS Energia, com sede em Florianópolis, terão de se adaptar à nova realidade, trazendo benefícios aos trabalhadores.**

Avanço que precisa ser acompanhado

Apesar da conquista, é importante que os sindicatos e as entidades representativas dos trabalhadores acompanhem de perto a implementação da nova regra. A emenda prevê a possibilidade excepcional de regimes compensatórios diferentes da escala 5x2, **desde que estabelecidos por acordo ou convenção coletiva e respeitados os critérios de descanso previstos na Constituição.**

Por isso, a organização sindical será fundamental para garantir que a mudança represente, de fato, mais descanso, saúde e qualidade de vida, e não abra espaço para novas formas de precarização das relações de trabalho.

O fim da escala 6x1 é uma vitória coletiva e demonstra que direitos não são concessões dos patrões ou dos governos: são resultado da luta e da organização da classe trabalhadora. Agora, o desafio é assegurar que essa conquista seja respeitada em todos os locais de trabalho.

Trabalhar para viver, e não viver para trabalhar!

TRIBUNA LIVRE | **Por Leonardo Contin da Costa, advogado, jornalista, trabalhador da Celesc e dirigente do Sinergia**

Da Europa ao Brasil: o povo quer direitos, não austeridade!

Protestos em diversos países europeus expõem o descontentamento com o custo de vida, a crise habitacional e o enfraquecimento dos serviços públicos. As mobilizações deixam uma lição: saúde, educação e moradia não podem ser tratadas como mercadorias, mas como direitos que exigem investimento e compromisso dos governos.

As ruas de importantes cidades europeias estão sendo tomadas por manifestações populares. De Roma a Paris, de Lisboa a Milão, milhares de pessoas protestam contra o aumento do custo de vida, a dificuldade de acesso à moradia e a falta de investimentos em serviços públicos.

Na Itália, governada pela extrema direita, manifestações reuniram estudantes e trabalhadores que denunciam a perda do poder de compra, os baixos salários e a precarização das condições de vida. Em Roma e Milão, os protestos também questionam os gastos com as guerras e a falta de recursos para áreas essenciais, como saúde, educação e habitação. Em Portugal, a crise imobiliária levou manifestantes a montar acampamentos em praças de Lisboa e Porto para denunciar o preço dos aluguéis e a dificuldade de conseguir moradia digna. A reação policial, com retirada dos acampamentos, prisões e confrontos, aumentou a tensão.

Na França, as mobilizações chegaram ao quarto sábado consecutivo de protestos em 7 de novembro. O movimento, que começou com estudantes denunciando as condições precárias das escolas e a falta de investimentos na educação, ganhou força com a adesão de trabalhadores e sindicatos, incorporando reivindicações contra o aumento dos combustíveis, a perda do poder de compra e a deterioração dos serviços públicos. Na Espanha, Alemanha e outros países também ocorrem manifestações pedindo investimentos nos serviços públicos.

Não se trata de movimentos idênticos, tampouco de uma mobilização com uma única pauta ou direção política. Mas existe um elemento que conecta essas manifestações: a cobrança por governos que coloquem as necessidades da população acima dos interesses do mercado e das políticas de austeridade. A mensagem das ruas é clara: não basta apresentar indicadores econômicos positivos enquanto milhões de pessoas não conseguem pagar o aluguel, comprar alimentos, ter acesso a atendimento médico ou garantir uma educação de qualidade aos seus filhos.

O avanço de governos de extrema direita e direita em diferentes países europeus também merece reflexão. Em muitos casos, o discurso eleitoral promete segurança, prosperidade e recuperação econômica, mas não enfrenta as causas estruturais da desigualdade. Ao contrário, políticas de redução do Estado, cortes orçamentários e enfraquecimento da proteção social podem aprofundar problemas que atingem justamente os setores mais vulneráveis. Quando o poder público se afasta de suas responsabilidades, quem tem dinheiro consegue comprar alternativas no mercado. Quem não tem fica desassistido.

E o que o Brasil tem a ver com isso? Muito! A realidade brasileira é marcada por desigualdades, concentração de renda e desafios na oferta de serviços públicos. Mas temos uma conquista que precisa ser valorizada e defendida: o Sistema Único de Saúde (SUS).

O SUS é uma das maiores políticas públicas de inclusão social do País. Garante atendimento universal e gratuito, independentemente da renda, e está presente em quase todos os municípios brasileiros. Da vacinação aos transplantes, do atendimento nas unidades básicas de saúde aos tratamentos de alta complexidade, o sistema demonstra que saúde não pode ser privilégio de quem pode pagar. Mesmo enfrentando subfinanciamento e falta de profissionais, o SUS representa uma conquista histórica dos brasileiros e uma demonstração concreta da importância do Estado na garantia de direitos.

A mesma lógica vale para outros setores. Não podemos aceitar que a eficiência do Estado seja medida apenas pela economia de recursos, enquanto faltam professores nas escolas, médicos nas unidades de saúde, moradias populares e condições dignas de trabalho aos servidores públicos.

Os governos brasileiros, em todas as esferas, precisam compreender que investir no serviço público não é desperdiçar dinheiro. É promover desenvolvimento, reduzir desigualdades, movimentar a economia e garantir dignidade à população.

A experiência europeia também serve de alerta para o Brasil. O enfraquecimento das estruturas públicas, a precarização do trabalho e a transferência de responsabilidades do Estado para o mercado não podem ser apresentados como soluções inevitáveis. É preciso aprender com os erros de outros países e fortalecer nossas conquistas, antes que direitos sejam desmontados em nome de uma suposta modernização administrativa.

A defesa do serviço público passa pela valorização de seus trabalhadores. Não existe SUS forte sem profissionais de saúde valorizados. Não existe educação pública de qualidade sem professores e trabalhadores da educação com condições adequadas de trabalho. Não existe distribuição de energia segura e eficiente sem equipes qualificadas, estrutura e investimento.

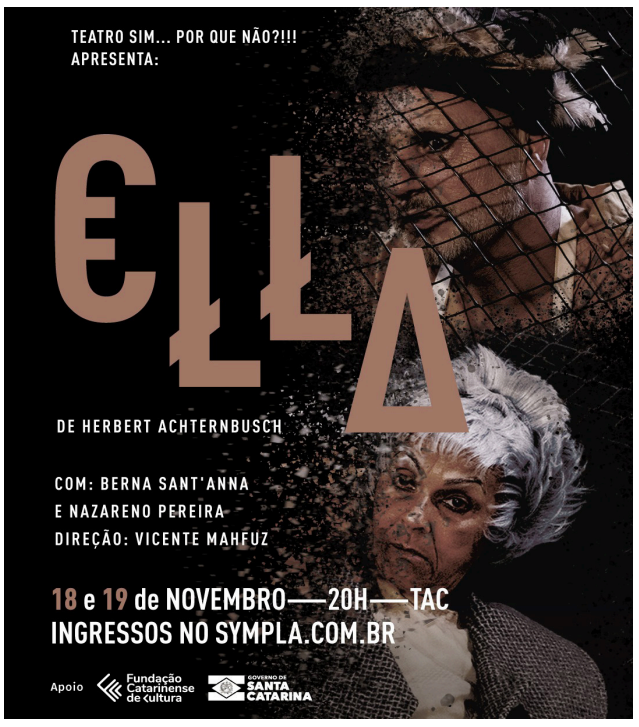
As manifestações na Europa mostram que a população não está disposta a aceitar passivamente a perda de direitos e a piora das condições de vida. Para nós, no Brasil, fica uma mensagem importante: precisamos defender e ampliar as políticas públicas, fortalecer as empresas estatais e cobrar dos governos investimentos que atendam às necessidades reais da população.

Saúde, educação, energia e serviços essenciais não são mercadorias. São direitos! E o Estado precisa estar presente para garanti-los. Um país justo e desenvolvido não é aquele que oferece oportunidades de lucro para poucos, mas aquele que assegura condições dignas de vida para todos.

TEATRO

Sinergia apoia espetáculo teatral “ELLA”, em Florianópolis

Montagem do grupo Teatro Sim... Por Que Não?!!! aborda memória, identidade e resistência. Pessoas sindicalizadas ao Sinergia têm 50% de desconto nos ingressos pelo Sympla



O Sinergia, através de sua ação cultural, está apoiando mais um grande espetáculo em Florianópolis!

O espetáculo teatral “ELLA”, montagem do Teatro Sim... Por Que Não?!!!, estreou em Florianópolis no dia 2 de maio de 2025, onde fez 12 apresentações nos Teatros Álvaro de Carvalho e da UBRO. O texto é de Herbert Achternbusch, a direção de Vicente Mahfuz e no elenco os atores Berna Sant’Anna e Nazareno Pereira. Após a estreia com grande sucesso de público e crítica, o espetáculo já foi apresentado nas cidades de Palhoça, Laguna, Benedito Novo, São José e Brusque. A classificação é de 14 anos e o espetáculo tem duração de 70 minutos.

“ELLA”, que tem como cenário um galinheiro, mergulha nos fragmentos da memória de uma mulher que se recusa a desaparecer. Entre lembranças partidas, dor e lampejos de lucidez, ela tenta reconstruir quem foi — e quem ainda pode ser — diante de uma história que tantos preferem esquecer. “Com linguagem vibrante, a peça atravessa temas como silenciamento, identidade e resistência, convidando o público a olhar para dentro e ao redor. É uma experiência intensa e profundamente significativa para o mundo de hoje, que nos faz lembrar: apagar uma história não apaga quem a viveu”, compartilha o diretor da peça.

A peça é produzida pelo grupo Teatro Sim... Por Que Não?!!! Fundado em 1986, em Florianópolis, o grupo teatral ao longo dos 40 anos de trajetória se destacou pela experimentação e pesquisa de diferentes linguagens cênicas.

A companhia mantém um compromisso com a democratização da cultura, garantindo o acesso do público a produções teatrais que dialogam com a atualidade. Já atuou em espaços não convencionais e explorou tragicomédia, pantomima e comédia inglesa em suas produções

No repertório estão mais de 12 montagens, como “A Farsa do Advogado Pathelin”, “Livres e Iguais”, “A Vida como ela é..” e “Hipotermia”, entre outros.

Em 2016, celebrou 30 anos de atividades ininterruptas, sendo condecorada com a Medalha de Personalidade das Artes Cênicas pela Academia Catarinense de Letras e Artes (ACLA).

Como parte das comemorações, foi publicado o livro Teatro Sim... Por Que Não?!!! - Caminhos e Processos: 30 anos de Atuação, escrito por Vera Collaço e Éder Sumariva. O grupo já apresentou seus espetáculos em 17 estados brasileiros e nos principais festivais nacionais e internacionais, acumulando 27 prêmios e representando o Brasil em eventos na França e Argentina.

Durante anos, promoveu o Festival Itinerante de Teatro, levando seus espetáculos a 175 cidades catarinenses, incluindo aquelas com menor índice de desenvolvimento humano (IDH). Uma de suas marcas é a longevidade das montagens: “A Farsa do Advogado Pathelin”, por exemplo, estreou em 1996 e segue sendo apresentada até hoje.

Pessoas Sindicalizadas ao Sinergia têm desconto de 50% na compra dos ingressos pelo Sympla. Compre seu ingresso como meia entrada no site e apresente sua carteirinha de socio ao Sinergia na entrada do Teatro!

CINEMA

Curtas Catarinenses serão exibidos em duas sessões gratuitas na capital

Edição 2026 do projeto Cine Garagem será nos dias 13 e 14 de novembro na Fundação Cultural Badesc

Um olhar sobre memória, isolamento e apagamento histórico marca o Cine Garagem 2026, que apresentará quatro curtas-metragens catarinenses na Fundação Cultural Badesc, em Florianópolis. A quarta edição do projeto, com entrada gratuita e curadoria de Jerônimo do Carmo, será realizada nos dias 13 e 14 de novembro, na garagem do casarão localizado no Centro da Capital.

Os curtas selecionados são: “Manhã Vazia” (2026), “O Último é Mulher do Padre” (2024), “Para Não Esquecer a Guerra” (2022) e “Pólen” (2025), e embora apresentem universos narrativos distintos, o curador ressalta que as produções estabelecem diálogos sobre as marcas deixadas pelo tempo, as experiências de exclusão e as histórias que correm o risco de desaparecer. “A proposta é convidar o público a refletir sobre o que escolhemos lembrar e aquilo que, individual ou coletivamente, somos levados a esquecer”, destaca.

As exibições serão realizadas em duas sessões gratuitas. Na sexta-feira, dia 13 de novembro, às 19h, serão exibidos os quatro curtas-metragens, em uma sessão com acessibilidade em Libras e audiodescrição, seguida de debate com o curador e representantes dos filmes. Já no sábado, dia 14, a partir das 14h, o público poderá acompanhar novamente a mostra, também com recursos de acessibilidade. A atividade integra a programação do último dia do Sábado Cultural da Fundação Cultural Badesc, que fica na Rua Visconde de Ouro Preto, 216, no Centro de Florianópolis.

Curtas selecionados


Curta Manhã Vazia/Crédito: Divulgação

“Manhã Vazia” é ambientado em uma casa em ruínas, o curta acompanha Úrsula, uma mulher isolada e exausta que, diante de uma manhã fria de inverno, revisita lembranças de um passado marcado pelo abandono, pelos desenganos e por poucas alegrias. Direção de Fabi Penna, com duração de 15 minutos e classificação indicativa de 10 anos.

“O Último é Mulher do Padre” acompanha Rato, um menino de nove anos com deficiência física que enfrenta a rejeição e as humilhações de outras crianças durante uma brincadeira de polícia e ladrão. Em meio às situações de violência, o confronto com o menino que lidera os abusos abre espaço para uma reação do protagonista. Direção de Yasser Socarrás, com 14min e classificação livre.


Curta Para não esquecer a guerra/Divulgação

“Para Não Esquecer a Guerra” mostra alunos de uma escola rural localizada em território marcado pela Guerra do Contestado que criam e apresentam uma peça teatral em uma igreja que remete ao período do conflito. O trabalho recupera a memória das 11 igrejas que serviam de refúgio para mulheres e crianças e foram incendiadas pelo Exército e por aqueles que reivindicavam a propriedade das terras. Direção de Márcia Paraíso, com 33min em classificação livre.

“Pólen” conta a história do surgimento de um monstro gigante nos céus da florida cidade de Blütendorf coloca em xeque a sanidade de Ademir, um homem comum, em meio a um golpe de Estado. Direção de Rodrigo Baptista, com 19min e classificação de 12 anos.

Linhaviva é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina - INTERCEL e da Intersindical dos Eletricitários do Sul do Brasil - INTERSUL
Jornalista responsável: Leonardo Contin da Costa (MTE 6550/SC) | Conselho Editorial: Fabio Junior Engels
Rua Lacerda Coutinho, 149, Florianópolis, SC | CEP 88015-030 | E-mail: sinergiajornal@gmail.com
As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.